

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: Entrada de recurso externo na B3 atinge R\$ 15 bi no mês	2
Título: Consumidor vai pagar por apagão no AP.....	3
Título: Vários lados e várias explicações	5
Título: Taxação de carbono	6
Título: Justiça manda pagar parcelas extras de auxílio	8
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	9
Título: Faísca, farsa e fel	9
Título: Usinas oferecem alternativa para carro elétrico	11
Título: Descarbonização é o novo desafio para a indústria sucroenergética	13
Título: Fornecimento seguro de luz no Amapá fica para dezembro, afirma empresa	15
Título: Alta-tensão.....	15
VEÍCULO: O Globo.....	16
Título: Por que o Estado está há mais de dez dias sem serviço regular de energia?.....	16
Título: Fiscalização no escuro.....	17
Título: Justiça manda prorrogar auxílio emergencial.....	20
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	20
Título: Justiça estende prazo para volta da energia.....	20

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 14/11/2020****Seção: Economia****Autor: MATHEUS PIOVESANA, COM COLABORAÇÃO DE ALTAMIRO SILVA JR****Título: Entrada de recurso externo na B3 atinge R\$ 15 bi no mês**

Somente de segunda a quarta, aportes foram de R\$ 11,7 bi; Bolsa caminha para recorde de atração de recursos em novembro

A entrada de recursos estrangeiros na Bolsa paulista somou R\$ 11,7 bilhões apenas entre segunda e quarta-feira desta semana. No mês, o fluxo de capital estrangeiro chega a R\$ 15 bilhões. Se novembro tivesse terminado na quarta-feira, o recorde histórico para aportes internacionais na B3 já teria sido batido, considerada a série histórica nominal (sem correção pela inflação) iniciada em 1995.

O movimento, dizem especialistas, foi uma reação à fala de Jerome Powell, presidente do Federal Reserve, o banco central americano, de agosto. Há três meses, ele sinalizou que o BC mais poderoso do mundo estaria disposto a tolerar alguma inflação para reativar a atividade econômica dos EUA.

A relativa estabilidade trazida pela definição da eleição americana no fim de semana - com vitória do democrata Joe Biden - e a eficácia da vacina da Pfizer contra a covid-19 em testes foram os gatilhos que faltavam para completar a enxurrada de recursos para o Brasil.

Quem acompanha o comportamento da B3 afirma que a maior parte do recurso foi de dinheiro novo, que não estava no Brasil. “Esse dinheiro entrou e foi direto para a Bolsa, tanto que teve impacto no câmbio”, diz Cesar Mikail, gestor de portfólio da Western Asset. “Pelo que mapeamos, parte veio de fundos dedicados a emergentes, e parte, de fundos globais.”

Embora o fluxo tenha sido destinado a emergentes como um todo, sem distinções, o Brasil ficou alguns passos à frente porque é um dos mercados de maior liquidez deste grupo, ao lado do México e da Ásia.

Por aqui, a participação de 25% dos bancos e da Petrobrás no índice foi um fator positivo. No caso dos bancos, era consenso de que os preços de ações do setor estavam baixos em todo o mundo. A vitória de Biden veio para mudar esse ângulo, pela perspectiva de recuperação econômica que trouxe. Já a Petrobrás ganhou mais com os comentários sobre a vacina. Sem as restrições de

mobilidade impostas para impedir a disseminação do coronavírus, a demanda por petróleo tende a subir.

Segundo Fernando Siqueira, gestor de portfólio da Infinity Asset, os preços dos papéis brasileiros, de uma maneira geral, também estão baratos - justificando o apetite nesse momento. "O Brasil também ficou barato durante a crise. Historicamente, negociamos a preços próximos aos dos demais emergentes, mas estávamos 20% mais baratos agora."

Mas a manutenção ou não desses investimentos vai depender da lição de casa interna do Brasil. "Os estrangeiros vão olhar para o que o governo fará em termos de reforma, privatização e ajuste fiscal, porque é isso que as agências de classificação de risco observarão", diz Alvaro Bandeira, estrategista-chefe e sócio do banco Modal-mais. "A volta foi com um percentual pequeno, porque chegamos a perder R\$ 90 bilhões e agora entraram R\$ 15 bilhões."

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 14/11/2020

Seção: Economia

Autor: Marlla Sabino / Brasília

Título: Consumidor vai pagar por apagão no AP

Governo autoriza contratação emergencial de usinas térmicas para abastecer o Estado; custo será embutido em contas de todo o País

Parte das despesas para socorrer o fornecimento de energia no Amapá será bancada por todos os consumidores do País. O montante será usado para contratação emergencial de usinas térmicas para restabelecimento do serviço no Estado, que está sem energia desde a semana passada após um incêndio na subestação Macapá. O incidente causou o desligamento da linha de transmissão e das usinas que abastecem a região.

Os custos serão embutidos na conta de luz por meio do Encargo de Serviços do Sistema (ESS), que serve para manter a estabilidade do sistema elétrico. Essa conta será rateada entre os consumidores atendidos pelas distribuidoras, como os residenciais, e pelos que operam no mercado livre, como indústrias. O saldo dependerá da quantidade de energia, do tempo que esse acionamento será necessário e do custo do combustível que será usado pelas usinas.

A medida está prevista em portaria publicada pelo Ministério de Minas e Energia na sexta-feira passada. Diante da situação de calamidade pública no Amapá, o governo federal deu aval para a Eletronorte, subsidiária da Eletrobrás, atuar no restabelecimento do serviço. O MME autorizou a empresa a contratar "de forma célere, excepcional e temporária" até 150 MW por até seis meses ou

quando houver reconhecimento de condição satisfatória de atendimento ao Estado.

Segundo o coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (U-FRJ), Nivalde de Castro, o encargo é usado como um “curinga” para quando há necessidade de atendimento emergencial. “É uma medida, do ponto de vista legal e energético, correta. O custo é muito alto, mas é rateado entre todos os consumidores. O Estado está há muito tempo sem energia elétrica, então, faz sentido essa decisão”, afirmou ele.

Até setembro, os consumidores pagaram R\$ 457,5 milhões em encargos de serviços do sistema. Segundo a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), o valor está abaixo do que foi registrado no mesmo período do ano passado, de R\$ 1,574 bilhão. Neste caso, a redução se deve a forte queda da demanda por energia durante os primeiros meses da pandemia do novo coronavírus, que reduziu a necessidade de térmicas em funcionamento no País.

O Ministério de Minas e Energia conta com a contratação emergencial para suprir totalmente o fornecimento de energia no Amapá até a próxima semana. De acordo com a pasta, cerca de 80% do serviço já foi restabelecido. Pela portaria, a Eletronorte está autorizada a contratar imediatamente 40 MW de geração. Questionada pelo Estadão/Broadcast, a empresa não informou a quantidade e condições dos contratos que estão sendo negociados.

TCU. O Tribunal de Contas da União (TCU) vai apurar se houve algum tipo de omissão do poder público no incidente que levou ao apagão no Amapá. A ministra Ana Arraes determinou à área técnica da Corte que investigue se o governo federal agiu ou não com a diligência que o caso exigia. Dez dias depois do blecaute, a energia ainda não foi completamente restabelecida no Estado.

Na representação, o TCU coloca dúvidas sobre a gestão da concessionária Linhas de Macapá Transmissora de Energia (LMTE). Essa concessão pertencia à Isolux, que entrou em recuperação judicial na Espanha. Hoje, a linha é da Gemini Energy, empresa que pertence aos fundos de investimento Starboard e Perfin - e que detém 85,04% da linha. Uma parcela de 14,96% pertence à Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), com quem a concessionária tinha uma dívida que foi convertida em participação.

“De acordo com os relatórios de qualidade na transmissão, a concessionária já foi penalizada em mais de R\$ 6 milhões em sua parcela variável de remuneração nos últimos cinco anos, por deficiências na qualidade”, diz o TCU.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 14/11/2020****Seção: Opinião****Autor: Adriano Pires****Título: Vários lados e várias explicações**

O Brasil e a quase totalidade dos países da América Latina têm ou tiveram uma relação de adoração e de crença com o chamado populismo. O populismo político, tanto de esquerda como de direita; o populismo tarifário, que usa ou usou as empresas estatais; e agora, com a pandemia, estamos vendo surgir uma espécie de populismo ambiental. A pandemia colocou na frente da vitrine a discussão ambiental numa forma mais emocional e com menos racionalidade econômica. Temos visto um debate em que existe pressa para que o mundo produza energia renovável, renovável e renovável. Mas a pressa, como diz o ditado, é inimiga da perfeição.

Poderíamos questionar que agora seria diferente e que a transição energética vai se dar de maneira mais rápida com os avanços tecnológicos em curso. Também a pandemia aceleraria essas mudanças, pelo fato de que o mundo não sobrevive aos efeitos das mudanças climáticas. Muitos afirmam que o que estamos passando com a pandemia é nada, diante do que possa vir por aí decorrente das mudanças climáticas. E este copo de água das mudanças climáticas estaria ficando cada dia mais cheio.

É sempre bom olhar a história e observar que as transições energéticas são longas. A substituição da lenha pelo carvão iniciou-se em 1709, mas o carvão só se tornou o combustível majoritário para necessidades energéticas dois séculos depois. A descoberta do petróleo ocorreu em 1859 na Pensilvânia, mas ele só se tornou a principal fonte energética mundial um século mais tarde. Atualmente, o mundo depende de combustíveis fósseis para algo como 84% de suas necessidades energéticas.

Como sempre, o debate apresenta vários lados e várias explicações. E como sempre, também, há radicalismos de todos os lados. Uns advogam a tese negacionista de que o clima não está mudando, enquanto outros defendem uma intervenção crescente na economia para que suas políticas ambientais sejam adotadas de forma mais rápida. Intervenções nunca são boas. Um aspecto que preocupa muito é ver as discussões ambientais descoladas da questão social, como o nível de renda dos diferentes países.

A análise de matrizes energéticas não pode prescindir de considerações relativas à renda. É inteiramente relevante para a análise da adaptabilidade de estratégias de transição energética que a variável poder de compra/renda seja

considerada em todo o planejamento, sob o risco de que o “E” do acrônimo ESG (Environmental, Social and Governance) seja atendido integralmente, mas com implicações negativas para o “S” de social. Neste caso, contextualizar matrizes elétricas e mix de geração com peso relativo de preços e tarifas de energia na renda per capita da população é um filtro muito importante de adaptabilidade local de estratégias.

Um exemplo é a Irlanda (6,6 milhões de habitantes). A Irlanda é um referencial de país com energias limpas, e recentemente um estudo da Queen’s University Belfast percorreu sobre o tema de inércia e o papel de baterias. Hoje, uma discussão sobre planejamento energético não pode prescindir de discussão sobre baterias e a evolução tecnológica, e a Irlanda está na vanguarda dessa discussão.

Contextualizando a questão de renda, na Irlanda a renda média per capita é de € 51.458 versus € 7.672,3 no caso do Brasil (5,7 vezes superior). As tarifas de eletricidade no país atualmente correspondem a € 197,4 o MWh (74,5% superiores às tarifas do Brasil, de € 113,1 o MWh). Dado o nível de renda médio da população irlandesa, os gastos com eletricidade correspondem somente a 1,6% da renda, versus 5,5% no caso do Brasil.

Não resta dúvida alguma de que o Brasil pode ser uma potência verde no mundo pós-pandemia. O desafio do Brasil é manter o grau de penetração de fontes renováveis e, ao mesmo tempo, garantir a segurança do abastecimento usando o gás natural - a energia da transição - com tarifas adequadas ao nível de renda do País. Portanto, deve-se ter cuidado com a pressa e os extremismos e entender a realidade energética e social de cada país. O exemplo é o incentivo ao carro elétrico, quando temos o carro a etanol, mais limpo e mais barato.

DIRETOR DO CENTRO BRASILEIRO DE INFRAESTRUTURA (CBIE)

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 14/11/2020

Seção: Opinião

Autor: Robson Braga de Andrade

Título: Taxação de carbono

O aquecimento global tem gerado efeitos cada vez mais nocivos ao meio ambiente e à economia. Na indústria, os desafios estão ligados, principalmente, à necessidade de investimentos no desenvolvimento de tecnologias para adaptação a mudanças. Eventos climáticos extremos - como secas, enchentes e deslizamentos de terra - causam danos à infraestrutura, restringem operações industriais e interferem no abastecimento de matérias-primas, no escoamento

da produção e nas exportações. Também aumentam preços dos insumos, como energia elétrica, e a competição por recursos naturais.

O relatório *Economic of adaptation*, do Banco Mundial, estima prejuízo global de até US\$ 89,6 bilhões por ano resultante dos impactos das mudanças climáticas até 2050. O Acordo de Paris, de 2015, é o marco central das negociações para conter o aquecimento global. O Brasil se comprometeu com a redução absoluta de suas emissões de gases de efeito estufa (GEEs) em 37% em 2025, e um adicional de 43% para 2030, em relação ao nível de 2005. A indústria se preocupa em buscar meios de implementar tais objetivos, sem danos à competitividade e com oportunidades de novos negócios. Mesmo com participação de 21% no PIB nacional, o setor é responsável por só 7% das emissões brasileiras.

As principais estratégias adotadas para reduzir GEEs são políticas de comando e controle, em que o Estado estabelece a regulação direta, e instrumentos econômicos como incentivos, subsídios ou a precificação de carbono. Segundo o Banco Mundial, cerca de 20% dos casos usam a precificação, cobrança sobre emissões geradas pela queima de combustíveis fósseis de uma instalação industrial. Com valores que chegam a US\$ 127 por tonelada, a precificação pode ser feita com a criação de tributo sobre emissões das indústrias, conhecido como taxa de carbono.

Recente estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI) - A precificação de carbono e os impactos na competitividade da cadeia de valor da indústria - mostrou que uma eventual taxa de carbono no Brasil poderá impor sérias perdas de competitividade para a indústria e demais segmentos econômicos. Foram mapeadas as seguintes perdas potenciais: redução de 800 mil postos de trabalho; queda de R\$ 130 bilhões no PIB; aumento de custos e redução da atividade econômica em até 3%; queda nas exportações de até 5%; e aumento dos custos de insumos da indústria, sobretudo energia elétrica (6%), transportes (16%) e combustíveis (22%). A tributação das emissões de GEEs, portanto, não é a melhor estratégia para cumprir compromissos do País no Acordo de Paris.

Na reforma tributária se discute a criação de um imposto seletivo sobre produtos cujo consumo se queira desestimular. Cogitou-se usá-lo também para tributar bens que tenham a produção relacionada com emissões de carbono. A CNI defende que, se criado, tal imposto não incida sobre insumos das cadeias produtivas, como cimento, alumínio, celulose, aço, vidro, cerâmica e diesel, pois isso geraria cumulatividade, reduzindo a competitividade dos produtos brasileiros, prejudicando exportações e dificultando a disputa com os importados.

A caminhada do Brasil rumo a uma economia de baixo carbono deve se dar junto com ações que garantam o combate contínuo ao desmatamento ilegal. Entre as iniciativas que já contribuem para o cumprimento das metas de redução de emissões estão os esforços nas áreas de energias renováveis, recuperação de resíduos e eficiência energética. Também merecem menção o marco legal do gás natural e o RenovaBio.

Ainda é preciso avançar em temas como bioeconomia, regulamentação do licenciamento ambiental, economia circular e regularização fundiária. A indústria brasileira confia que governo e Congresso encontrarão uma fórmula para o Brasil cumprir adequadamente os compromissos assumidos no Acordo de Paris, levando em consideração a conservação do meio ambiente, o bom funcionamento dos negócios e a expansão da economia.

EMPRESÁRIO, É PRESIDENTE DA CNI

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 14/11/2020

Seção: Economia

Autor: Amanda Pupo Idiana Tomazelli / Brasília

Título: Justiça manda pagar parcelas extras de auxílio

A Justiça Federal determinou ontem que a União viabilize o pagamento extra de auxílio emergencial por dois meses, no valor de R\$ 600, para as famílias carentes que moram nos 13 municípios atingidos pelo apagão no Amapá. O governo, porém, deve recorrer da decisão judicial que obriga um pagamento adicional, segundo apurou o Broadcast/Estadão.

O Amapá está sem energia desde a semana passada, após um incêndio na subestação Macapá. O incidente causou o desligamento da linha de transmissão e das usinas que abastecem a região. Segundo a decisão do juiz João Bosco Costa Soares da Silva, o governo terá um prazo de 10 dias para começar a pagar o benefício pela Caixa. De acordo com juiz, o pagamento deve utilizar os mesmos critérios da lei que institui o auxílio emergencial criado em razão da pandemia do novo coronavírus.

Na mesma sentença, Soares da Silva prolongou por mais sete dias o prazo para que 100% da energia no Amapá seja restabelecida. Segundo ele, no dia 25 de novembro todo o sistema elétrico do Estado deverá estar normalizado. Caso haja descumprimento, a concessionária Linhas de Macapá Transmissora de Energia ficará sujeita a uma multa de R\$ 50 milhões.

Para a área econômica, a decisão de pagamento de parcelas extras não encontra respaldo em lei. Uma fonte da área econômica defende “cortar pela

raiz” qualquer ideia de estender o auxílio.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 14/11/2020

Seção: Colunas

Autor: Mario Sergio Conti

Título: Faísca, farsa e fel

O Amapá de hoje será o Brasil de amanhã se o Cavalão não for posto numa cocheira

Jornalista, é autor de 'Notícias do Planalto'

O presidente é aquilo que a sua camarilha da caserna dizia: um Cavalão com maiúscula. Cavaleiros da elite quiseram botar-lhe cabresto e tomaram coices. Arisco, ele relincha e baba fel nos que tentam ajudá-lo. E uma besta.

Besta fera política, um quadrúpede da extrema direita. Não adianta tomá-lo por interlocutor. Mesmo xingá-lo é inócuo. O bate-boca é o pasto no qual empapa a pança.

Não admitiu a derrota de Trump? Danem-se os dois. Disse que os brasileiros são maricas? A/e, está inseguro da sua macheza. Vai bombardear os Estados Unidos? Que se exploda.

É de caso pensado que ele bate os cascos no asfalto e provoca faíscas. Acha que as centelhas da idiotice disfarçam o tropel trôpego do seu desgoverno.

Veja-se o Amapá, onde há u dias uma estação elétrica explodiu. Acabou a luz e, a 35 graus, a comida apodreceu nas geladeiras. Não deu para tomar banho, carregar o celular, encher o tanque, sacar nos caixas eletrônicos. O apagão levou 780 mil pessoas a andarem às tontas na rua.

O ministro das Minas e Energia é milico, é claro. Uma semana depois do naufrágio, o **almirante Bento Albuquerque** disse que “o sistema está muito mais sólido” Também, pudera: comandou a perigosa frota nacional de cinco submarinos, dois dos quais bichados e recolhidos ao estaleiro.

O Cavalão prometeu que a luz logo voltaria —era mais uma mentira. Não se sabe nem porque a transmissora estourou. Mas se sabe é que ela é uma joia da dobradinha privatização-agência regulatória, urdida no covil Planalto-Faria Lima.

Podre, a infraestrutura está entregue ao deus-dará, também conhecido por Paulo Guedes. De nona economia do mundo, a brasileira caiu para a 12a posição. Há 13,5 milhões de sem-emprego e 5 milhões desistiram de procurá-lo. Um por cento de ricos abocanha 48% da renda nacional. Eis a obra do Equinão no equinócio.

O Amapá de hoje é o Brasil de amanhã. Até porque o apagão apagou a democracia e a eleição foi adiada sine die. Um beneficiário do adiamento é candidato a prefeito de Macapá e, não por acaso, irmão de Alcolumbre, o bolsonarista enrustido que preside o Senado.

O que não falta são Alcolumbres. O Brasil se degrada, 162 mil morreram devido à peste, a Amazônia e o Pantanal pegaram fogo, a inflação bate à porta, o orçamento do próximo ano será diminuído ainda mais— e o que fazem eles?

Eles batem papo sobre 2022. Até lá, os brasileiros que se virem e aturem o Corcel do Apocalipse. Ciro e Lula se acochambraram depois de meses de insultos. Moro e Huck trocaram uma ideia. Como Maia ficou enciumado, o apresentador disse que também ele é bacaninha. É uma farsa.

O farsante-mor é Moro. Numa entrevista a Bela Megale, disse que Hamilton Mourão —o vice que enaltece o assassino e torturador listra, o responsável direto pelas queimadas na Amazônia— tem “perfil de centro” e seria um “bom candidato” ao Planalto.

A casta política não mexe o mindinho para frear a Grande Caválgadura. Enquanto isso, ele passa a boiada. Aparelhou a Anvisa, a Receita, a PF, a Procuradoria-Geral e a Abin.

Indicou um plagiador para o Supremo, que foi referendado por 57 senadores — e petistas lhe teceram loas comoventes.

Seu objetivo é proteger as crias, atoladas até o talo em milícias, roubo e rachadinhas. Isso implica manipular o Estado, desmanchar a democracia e continuar sua sina destruidora, cujo ápice é a sabotagem da vacina contra o corona.

O Cavalão precisa ser detido. Mas os politiqueiros dizem que sua destituição seria barrada pelo Congresso. Por isso Maia está sentado numa poltrona de pedidos de impeachment. Seu argumento se assenta em dois fatos: Bolsonaro foi eleito; a maioria do povo não está nem aí.

Foi eleito, sim, mas cometeu dúzias de crimes e o impeachment é o mecanismo para destituí-lo. E, guiado pelas suas necessidades prementes, o povão o tolera devido ao auxílio de R\$ 600 —sendo que Bolsonaro era contra, queria R\$ 300.

Nada disso isenta os políticos. O impeachment pode até vir a ser derrotado no Congresso. Trump, por exemplo, o venceu, mas seu governo foi virado do avesso durante meses e se enfraqueceu, abrindo caminho para o grande movimento contra o racismo e a violência policial.

O povo não é uma categoria fixa. Convencido, mudará o modo de pensar e agir. O processo de impeachment é uma prática social. Pode propiciar debates, atos, passeatas, uma campanha popular. Pode ser uma faísca diversa das do Cavaleiro —e tocar fogo no brio dos brasileiros.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 14/11/2020

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Usinas oferecem alternativa para carro elétrico

Nos 45 anos do Proálcool, indústria da cana aposta nas células combustíveis como opção mais barata e menos poluente

Rio de Janeiro - Aos 45 anos do programa Proálcool, o setor de cana-de-açúcar busca se lançar como alternativa às baterias no processo de eletrificação da frota mundial de veículos. A ideia é vender o modelo de células combustíveis como uma opção mais barata e menos poluente.

O programa que tornou o Brasil uma referência no uso de biocombustíveis para automóveis foi lançado no dia 14 de novembro de 1975 e, apesar de percalços pelo caminho, chega aos 45 comemorando a criação dos créditos de descarbonização e tentando encontrar seu espaço numa eventual popularização do carro elétrico.

“A mobilidade deste século vai ser plural, com uma pluralidade de rotas tecnológicas”, diz o presidente da Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar), Evandro Gussi. “E, nesse aspecto, consideramos o etanol um combustível não só do presente mas do futuro.”

Disseminado no Brasil a ponto de praticamente banir o carro a gasolina do mercado —em 2020, apenas 3,1% dos carros licenciados no país usam exclusivamente o derivado do petróleo—, o etanol enfrenta o desafio de competir com a crescente busca pela eletrificação da frota, que já concentra grandes incentivos em países desenvolvidos.

As rotas tecnológicas mais usadas no momento ou reduzem a demanda por combustíveis, no caso dos híbridos, ou simplesmente eliminam a necessidade de combustíveis líquidos, como no caso dos veículos 100% elétricos. O setor

defende, porém, que a célula combustível que produz hidrogênio a partir do etanol é mais eficiente.

A tecnologia, que ainda não tem produção em escala comercial, consiste em separar

o hidrogênio do etanol e produzir eletricidade por meio de um processo químico realizado dentro do próprio veículo ou em postos de gasolina.

O setor defende que o modelo reduz a necessidade de grandes e caras baterias e evita a geração de energia por fontes fósseis para carregar os veículos. Além disso, poderia usar a infraestrutura de distribuição de combustíveis já instalada, sem necessidade de aportes em pontos de carregamento e na rede de distribuição de eletricidade.

“A questão da carga é muito complicada. Ela é demorada e, para acelerar o processo, precisa de potência muito alta nos postos de gasolina, o que demanda investimento na rede”, diz Luiz Augusto Horta Nogueira, pesquisador Núcleo Interdisciplinar de Planejamento Energético da Unicamp.

Horta, que já foi diretor da ANP (Agência Nacional do Petróleo), acredita que o modelo de células combustíveis deve ganhar espaço no mundo, principalmente nos maiores países, onde as distâncias percorridas prejudicam a opção pela bateria e a rede de energia é maior.

Enquanto a tecnologia não está disponível, o setor vem incentivando no Brasil a opção pelo híbrido flex, que usa gasolina e etanol em conjunto com um motor elétrico. Em 2019, a Toyota lançou o primeiro modelo do Corolla com essa tecnologia.

Os elevados preços ainda fazem dos carros elétricos um produto exclusivo para classes de maior renda, mas o setor espera uma renovação gradual da frota até a chegada da nova tecnologia, que vem sendo testada desde 2016 em um protótipo da Nissan.

“O Brasil tem todas as perspectivas para se transformar no grande centro de pesquisa e desenvolvimento de eletrificação a partir de célula combustível a etanol”, diz Gussi, da Unica, lembrando que o incentivo dado pelo programa Proálcool levou o país ao pioneirismo na difusão dos carros bicombustíveis.

O programa foi criado em 1975. mas a adoção do etanol como combustível veicular vem desde 1931, quando o governo Getúlio Vargas determinou a mistura de até 5% do biocombustível na gasolina. Entre 1931 e 1975, diz Horta, a mistura média ficou em torno de 7,5% —hoje, são 27,5%.

A criação do Proálcool teve como objetivo reduzir a dependência nacional de derivados de petróleo em meio aos choques de oferta dos anos 1970. Mas, nas últimas décadas, o setor vem sendo impulsionado pela preocupação cada vez maior com as emissões de gases poluentes e seus efeitos sobre o clima.

Em 2017, o governo Michel Temer lançou o Renovabio, programa que obriga as distribuidoras de combustíveis a compensar, pela compra de créditos de carbono, as emissões provocadas pelos derivados de petróleo que vendem.

O programa foi judicializado nesta semana por uma associação de distribuidoras que alega não ter condições de cumprir as metas de aquisição de créditos após a pandemia, mas o setor espera que a liminar seja derrubada e diz que os recursos são importantes para o fomento a novas tecnologias de biocombustíveis.

Em outra frente, trabalha para disseminar a produção de etanol no mundo, com transferência de tecnologia.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 14/11/2020

Seção: Opinião

Autor: Evandro Gussi

Título: Descarbonização é o novo desafio para a indústria sucroenergética

Em um mundo globalizado, e star na vanguarda é primordial em qualquer área, mas principalmente se a questão for relativa aos pilares do ESG (governança ambiental, social e corporativa).

No campo ambiental, o país deu um passo gigantesco quando decidiu introduzir o etanol em sua matriz energética com a criação do ambicioso programa Proálcool, em plena crise do petróleo, em 14 de novembro de 1975. Com esse passo, o Brasil conseguiu desenvolver o primeiro bio combustível comercial do mundo.

As montadoras lançaram os primeiros carros movidos exclusivamente à álcool no fim da década de 1970. Era uma aposta e uma resposta visando reduzir a dependência de combustíveis fósseis importados.

Em 2003, assistimos amais uma inovação que potencializou o uso do etanol combustível no país: o lançamento dos veículos flex-fuel.

Desde então, os avanços do setor sucroenergético não cessaram. De maneira voluntária, a cadeia praticamente estabeleceu o fim das queimadas da palha na

colheita da cana-de-açúcar. A mecanização ampliou o uso de tecnologia nos canaviais e, se não bastasse, estabeleceu um dos maiores processos de requalificação profissional que o Brasil já conheceu: o antigo cortador de cana ocupa outras funções, e as modernas e eficientes usinas continuam como geradoras de emprego.

São 360 unidades produtoras em atividade hoje no país, gerando mais de 700 mil empregos formais apenas no setor produtivo. Somados os empregos indiretos, temos cerca de 2 milhões de pessoas empregadas na cadeia da cana-de-açúcar. E isso utilizando apenas 1,2% do território brasileiro.

O setor é pujante e gerou US\$ 6,2 bilhões em divisas externas em 2019 com as expor

tações de açúcar e de etanol. O valor bruto movimentado pela cadeia sucroenergética supera US\$ 100 bilhões, com um PIB de aproximadamente US\$ 40 bilhões (montante equivalente a cerca de 2% do PIB brasileiro).

A cana, como a primeira fonte de energia renovável do país, é responsável por 18% da matriz nacional ou 39% de toda a energia renovável ofertada no país. Esse percentual já posiciona o Brasil acima da média mundial (13,9%) e dos países desenvolvidos da OC-DE (10,8%) no uso de energias limpas e renováveis.

Os benefícios do uso do etanol associados à saúde pública impressionam: trabalho desenvolvido por pesquisadores da Universidade de São Paulo concluiu que o uso do biocombustível nas oito principais regiões metropolitanas do Brasil tem sido responsável pela redução de quase 1.400 mortes e mais de 9.000 internações anuais ocasionadas por problemas respiratórios e cardiovasculares associados a queima de combustíveis fósseis.

Quando avaliadas as emissões de gases causadores de efeito estufa (GEE) no ciclo de vida dos combustíveis, o etanol proporciona uma redução de até 90% da emissão de GEE em relação à gasolina.

Nesse ano estamos novamente na vanguarda com o maior programa de descarbonização já lançado: o Renovabio. O programa visa reduzir as emissões no setor brasileiro de transporte, ampliando o uso de biocombustíveis.

Assim, com o comprometimento absoluto do setor nas questões socioambientais, queremos avançar ainda mais naquilo que fazemos de melhor: contribuir, mesmo quando o sol se põe, para que o Brasil seja o líder global em mobilidade sustentável.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 14/11/2020****Seção: Mercado****Autor: Vinicius Sassine - Macapá****Título: Fornecimento seguro de luz no Amapá fica para dezembro, afirma empresa**

O fornecimento seguro de energia nas cidades do Amapá afetadas pelo apagão pode ficar para 7 de dezembro, mais de um mês depois do incêndio na subestação que deixou 90% da população do estado no escuro.

A informação aparece em ofícios da empresa responsável pelos transformadores e pela transmissão de energia na região, obtidos pela Folha.

Os documentos foram enviados ao MPF (Ministério Público Federal) no Amapá nos dias 7 e 11. São assinados por três advogados da empresa Linhas de Macapá Transmissora de Energia (LMTE).

Segundo os ofícios, a montagem de um transformador cedido por outra concessionária só será concluída “até” 7 de dezembro. Esse equipamento servirá para “conferir maior segurança ao funcionamento da subestação de Macapá”, conforme os documentos.

O incêndio de um transformador sob a responsabilidade da LMTE ocorreu no dia 3. A destruição do equipamento deixou sobrecarregado o segundo transformador responsável pela transmissão de energia, que também acabou danificado. Um terceiro, que deveria dar segurança ao fornecimento, estava em desuso desde dezembro de 2019.

Um dos equipamentos foi consertado, o que garantiu a realização de um rodízio de energia no Amapá.

O restabelecimento pleno depende de um segundo transformador e de um transformador de segurança (é este que está previsto somente para dezembro).

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 14/11/2020****Seção: Colunas****Autor: Joana Cunha****Título: Alta-tensão****Painel S.A**

Enquanto o projeto do enterramento dos fios de energia e telefonia caminha a passos lentos na capital paulista, a prefeitura promulgou uma nova lei sobre os postes nesta semana. Entre as medidas, os fios inutilizados deverão ser retirados pela distribuidora de energia, que aparece como a maior responsável por cuidar dos postes.

Malditos fios

A Enel, porém, relembra que a distribuição de energia é uma concessão federal e já existe uma resolução da Aneel e da Anatel sobre o assunto. Para a companhia, a resolução deixa claro que cabe às prestadoras de telecomunicações, e não às distribuidoras, regularizar ocupações desordenadas dos postes.

Emaranhado

Procurada pela coluna, a prefeitura diz que “a lei disciplina a competência municipal relativa ao uso do solo e subsolo urbanos” e que Aneel e Anatel regulamentam outra competência.

VEÍCULO: O Globo

Data: 14/11/2020

Seção: Economia

Autor:

Título: Por que o Estado está há mais de dez dias sem serviço regular de energia?

O que causou o apagão?

Em meio a uma tempestade em Macapá, no dia 3, uma explosão seguida por um incêndio comprometeu os transformadores da única subestação que conecta o Amapá ao Sistema Interligado Nacional (SIN) de energia. O desligamento deixou 13 dos 16 municípios do estado às escuras por cinco dias. Laudo inicial da Polícia Civil descarta que um raio tenha causado o fogo.

Só havia um transformador?

Não. A subestação foi projetada para abrigar três grandes transformadores, dos quais um seria sobressalente, para garantir a segurança do sistema. Esse terceiro, porém, estava em manutenção há 11 meses.

Quem é o responsável pela subestação?

A subestação foi construída pela empresa espanhola Isolux, após vencer um leilão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), como parte de uma linha de transmissão, a LMTE. A empresa entrou em recuperação judicial e a estrutura foi transferida para outra empresa, a Gemini Energy.

Como está a situação?

Segundo o Ministério de Minas e Energia, o transformador que estava em manutenção foi recuperado e opera desde sábado, proporcionando eletricidade para cerca de 70% da área atingida pelo apagão. Na última quarta, o índice subiu para 80% com a entrada em operação de uma unidade geradora na Usina Hidrelétrica de Coaracy Nunes, mas num sistema de rodízio. Moradores têm luz em intervalos entre três e quatro horas. Os outros dois transformadores precisarão ser substituídos.

O ministério prevê 100% do abastecimento na segunda-feira. Só Oiapoque, Laranjal do Jari e Vitória do Jari têm luz porque são alimentados por sistemas isolados. As eleições de domingo em Macapá foram suspensas pela Justiça Eleitoral.

Quem investiga o que aconteceu?

O governo delegou à Aneel, responsável pela fiscalização do sistema, investigar as causas e responsabilidades. O operador Nacional do Sistema (ONS), que monitora o fornecimento de energia no país, também abriu uma apuração com prazo de 30 dias. Na quarta-feira, o Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou uma auditoria para apurar possíveis irregularidades e omissões. Também há investigações no âmbito das polícias Civil do Amapá e Federal.

VEÍCULO: O Globo

Data: 14/11/2020

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA - BRASÍLIA

Título: Fiscalização no escuro

Órgãos de controle sabiam de problemas em subestação, mas Aneel nunca foi até lá

Em cinco anos de operação, a subestação que pegou fogo em Macapá na semana passada não recebeu uma única fiscalização presencial da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), apesar de os órgãos de controle do sistema elétrico terem conhecimento dos problemas da unidade. O incêndio, no último dia 3, deixou 90% da população do Amapá no escuro. Onze dias depois, a maior

parte do estado ainda vive os transtornos, e o governo prevê o restabelecimento de 100% do abastecimento só no fim da semana que vem.

A subestação que deu problema começou a ser operada em 2015 pela Linhas de Macapá Transmissora de Energia (LMTE), que tem outras três na Região Norte. Em cinco anos, fiscais da Aneel só estiveram pessoalmente, por duas vezes, em uma delas, a subestação de Oriximiná, no Pará. Se tivessem visitado a de Amapá poderiam ter verificado in loco que um dos três grandes transformadores estava parado. O equipamento, que deveria estar disponível para substituir um dos dois que operavam no dia do incêndio, está em manutenção desde 2019.

MONITORAMENTO DE DADOS

Documentos do Operador Nacional do Sistema (ONS) revelados pelo Jornal Nacional, da TV Globo, mostram que a previsão de conclusão do conserto vem sendo adiada sucessivamente desde o primeiro semestre, deixando a subestação sem plano de emergência há quase um ano. O prazo já foi maio, junho e setembro. No último dia 6, três dias após o incêndio, a LMTE deu ao ONS novo prazo: maio de 2021.

Relatórios revelados pelo jornal Valor Econômico mostram que a Aneel e o Ministério de Minas e Energia também foram informados de que a subestação operava no limite da capacidade há dois anos e não religaria rapidamente sem o terceiro transformador. Procurado pelo GLOBO, o ONS não se pronunciou. A Aneel alegou, em nota, que a subestação não atendia aos critérios que definem a necessidade de um acompanhamento in loco das infraestruturas de transmissão de energia.

A lei que instituiu a Aneel em 1996 determina que cabe à agência “regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica”. No segmento da transmissão, é responsabilidade dela monitorar 1.418 linhas e 409 subestações no país, mas isso é feito por meio de indicadores eletrônicos.

O acompanhamento é dividido em três fases. Na primeira, diz a Aneel, é utilizada “inteligência analítica” para identificar indícios de prestação inadequada dos serviços concedidos. Só se a análise apontar sinais de problemas é que a agência parte para uma fiscalização presencial, em que são pactuados os chamados Planos de Resultados, com ações e metas estabelecidas. Entre julho de 2019 e junho de 2020, a Aneel selecionou apenas 71 instalações para Planos de Resultados. A subestação de Macapá nunca foi selecionada.

A Aneel disse que esse modelo de acompanhamento está alinhado às “melhores práticas nacionais e internacionais”. E informou que a subestação de Macapá “não foi selecionada para ter Plano de Resultados até este ano em função da pouca quantidade de desligamentos no passado”. A agência argumentou ainda que “apenas em 2020 houve desligamentos com corte de carga” desde 2015.

Segundo os documentos exibidos pelo JN, o ONS relatou uma interrupção na subestação de Macapá em 17 de julho, que considerou um evento grave. Mas não foram tomadas medidas pelos órgãos de controle. Agora, a Aneel foi incumbida pelo governo de investigar as causas e responsabilidades pelo apagão, que tem motivado dezenas de protestos em Macapá por causa da demora para uma solução.

A LMTE pertence à Gemini Energy, formada a partir de ativos da espanhola Isolux, em recuperação judicial. A empresa disse ao JN que os dois transformadores operavam com sobra de energia e um tinha condição de superar falhas do outro. No entanto, o incêndio avariou os dois equipamentos de uma vez.

Ontem, o governo informou que o restabelecimento de 100% da energia no Amapá só deve acontecer na quinta-feira, dia 26. A Justiça Federal prorrogou em mais sete dias o prazo. Um transformador de Laranjal do Jari, no sul do Amapá, está a caminho da capital, para onde também são levados equipamentos de geração térmica da Eletronorte para reforçar o abastecimento, que até agora está em 80%.

Mesmo com um transformador reabilitado e geradores, a energia é distribuída por rodízio. Moradores têm luz em intervalos entre três e quatro horas. Serviços essenciais, como o de distribuição de água, estão prejudicados, aumentando a insatisfação da população.

A Eletronorte assumiu a operação do sistema de energia no estado. Os custos serão divididos entre todos os consumidores nas contas de luz.

CONTROLE TEM FALHAS

Para especialistas, o apagão no Amapá mostra que a fiscalização do sistema elétrico precisa mudar. Joisa Dutra, ex-diretora da Aneel e professora da FGV Energia, reconhece que o efetivo da Aneel é pequeno, mas diz que a agência poderia, por exemplo, certificar parceiros para ações presenciais: — A fiscalização tem que ter uma estratégia de seleção de modo que o concessionário sempre ache que há alguma probabilidade de ser fiscalizado. O consumidor paga para ter esses ativos operando.

Victor Ribeiro, especialista da Thymos Energia, também cita corte de verbas da Aneel como entrave, mas avalia que obrigar a subestação a manter equipamentos de reserva em ordem seria fácil e essencial, já que o Amapá fica na chamada “ponta do sistema”, sem linha de transmissão alternativa: — Existe um outro produto, além da energia, que é o empreendimento estar disponível a qualquer momento.

VEÍCULO: O Globo

Data: 14/11/2020

Seção: Economia

Autor: Julia Lindner

Título: Justiça manda prorrogar auxílio emergencial

> A Justiça Federal do Amapá determinou ontem a prorrogação do auxílio emergencial de R\$600 por mais dois meses para os cidadãos dos 13 municípios atingidos pelo apagão.

> Pela decisão, a União deverá iniciar os pagamentos em até dez dias. O juiz federal João Bosco Costa Soares da Silva destaca que o valor poderá ser ressarcido, no futuro, pelos eventuais responsáveis pelo episódio. Ele citou "incontáveis prejuízos patrimoniais e morais aos amapaenses, notadamente à população menos favorecida".

> O juiz classificou a crise como uma "completa balbúrdia", que levou ao desabastecimento de alimentos em diversas cidades do Amapá.

> Também foi ampliado, em sete dias, o prazo para que a Linhas de Macapá Transmissora de Energia restabeleça integralmente o fornecimento de energia elétrica no estado. A multa em caso de descumprimento passou de R\$15 milhões para R\$ 50 milhões.

> A determinação da Justiça Federal do Amapá foi tomada em resposta a uma ação popular do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP). O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), já havia pedido a prorrogação do auxílio emergencial no Amapá ao presidente Jair Bolsonaro e ao ministro da Economia, Paulo Guedes, sem especificar o valor.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 14/11/2020

Seção: Brasil

Autor: Bruna Pauxis/Jailson R. Senna

Título: Justiça estende prazo para volta da energia

O juiz federal João Bosco Costa Soares da Silva, da 2ª Vara Federal Cível do Amapá, concedeu, ontem, mais sete dias de prazo para que a concessionária Linhas de Macapá Transmissora de Energia (LMTE) restabeleça o fornecimento de energia elétrica para o estado. Também determinou que o governo federal estenda o pagamento de duas parcelas do auxílio-emergencial, que já vem sendo concedido às pessoas financeiramente afetadas pelo novo coronavírus, às famílias carentes das 13 cidades amapaenses afetadas pelo apagão e por suas consequências.

No último dia 7, o magistrado tinha estabelecido um prazo de três dias para que a empresa sanasse o problema que, no dia 3 de novembro, deixou 13 das 16 cidades amapaenses sem energia elétrica, o que acabou por afetar também o fornecimento de água. Na ocasião, o juiz fixou uma multa de R\$ 15 milhões para o caso da LMTE descumprir sua primeira sentença. O prazo de 72 horas começou a correr na segunda, quando a empresa foi notificada e terminaria ontem.

Em sua nova decisão, Silva afirma considerar “razoável” o pedido para estender o prazo inicial feito pela LMTE. “Quanto ao pedido em que a empresa solicita a dilação do prazo para o restabelecimento do fornecimento de energia elétrica no estado, entendo que, diante da complexidade técnica da logística que vem sendo empregada para a solução do problema, bem como o empenho e os esforços despendidos tanto pela empresa quanto pelos demais integrantes do grupo de trabalho capitaneado pelo Ministério de Minas e Energias, tenho por razoável o acolhimento do pedido de dilação, por mais sete dias”.

O magistrado, no entanto, aumentou para R\$ 50 milhões o valor da multa a ser aplicada caso a LMTE não consiga resolver o problema dentro do novo prazo — que o próprio juiz antecipa ser “improrrogável”.

A população passou cinco dias em completa ausência de energia elétrica e com falhas no abastecimento de água na semana passada. O rodízio de eletricidade começou apenas no domingo, e perdura até hoje. O estado da região Norte do país tem temperaturas que variam entre 20° e 36°C. Dormir sem ventilador ou ar condicionado só é possível com as janelas abertas, o que permite a entrada dos mosquitos, vetores de doenças.

A dona de casa Sheila Campos, de 40 anos, tirou as camas de dentro da casa e foi dormir na varanda com a família. “Eu tenho uma filha de cinco anos, que chorava de calor. Eu a abanava a noite toda”, conta a mulher, que precisou pegar dinheiro emprestado para comprar mosquiteiros, já que as máquinas de cartão e os caixas eletrônicos não funcionam sem energia elétrica. “Estou cansada, são noites mal dormidas, bebemos água quente. São dias muito difíceis”, completa.

Transformador reserva

“O que aconteceu no Amapá não é problema de energia, é problema de um transformador que entrou em falha”, afirma o presidente da Associação Brasileira de Transmissão de Energia Elétrica (Abrate), Mário Miranda. Segundo ele, é sempre necessário ter um transformador reserva, o que não ocorreu na subestação. Foi informado que, dos dois transformadores operantes, um estava em manutenção, sendo substituído pelo transformador reserva e deixando o posto sem nenhum equipamento para substituição. “Sempre tem que ter um reserva, ainda mais que a região é abastecida apenas por uma subestação”, explica Mário.

Miranda conta que a causa da demora no transporte de outro transformador para o Amapá é geográfica. “O grau de dificuldade de atendimento na Amazônia é diferente. Não tem rodovias direitas, são hidrovias. A logística é um elemento muito sensível”, ressalta Miranda.

*Estagiários sob a supervisão de Andreia Castro

CAPAS DE JORNAIS

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875



JULIO MESQUITA (1893 - 1947)

Sábado 14 DE NOVEMBRO DE 2020 R\$ 5,00 ANO 141 Nº 45414

estadão.com.br



Logística do voto. Funcionários do TRE do AM embarcam urnas eletrônicas em hidroavião para ser entregues em localidades mais afastadas

Candidatos falam abertamente em voto útil em SP

Com o prefeito Bruno Covas (PSDB) como favorito para ir ao 2.º turno em SP, os candidatos Guilherme Boulos (PSOL) e Márcio França (PSB), que estão na disputa pela outra vaga, de acordo com as mais recentes pesquisas, pregam abertamente o voto útil. Boulos quer atrair os eleitores de esquerda. França diz ser o único que pode vencer Covas. **POLÍTICA / PÁG. A4**

Guia do Voto

TUDO QUE VOCÊ PRECISA SABER

Das precauções sanitárias ao material necessário para o voto, guia traz o passo a passo do eleitor. **PÁG. A22**

Falta de insumos afeta 14 dos 19 setores da indústria no País

Escassez de produtos como embalagens, papelão e vidro atingiu o nível mais alto em 19 anos; preços também subiram

Pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV) indica que, em outubro, a falta de insumos atingiu os mais altos níveis desde 2001 em 14 dos 19 segmentos da indústria. Embalagens, papelão e vidro são os produtos que têm o abastecimento mais crítico, por causa da pandemia e da rápida retomada do consumo. No setor de vestuário, a falta de

matérias-primas e de componentes foi reportada por 74,7% das empresas consultadas. O problema também foi apontado por fabricantes de produtos de plástico (52,8%), limpeza e perfumaria (39,1%), farmacêutica (34,2%), informática e eletrônicos (33,1%), além de empresas dos ramos de produtos de metal (31%), couro e calçados (31,1%) e

químico (27,9%). Maior vinícola do País, a Aurora, em Bento Gonçalves (RS), interrompeu a produção por falta de garrafas de vidro. Na Sakura, empresa que produz molho shoyu na zona leste de SP, faltam caixas de papelão. Além da escassez, as empresas relatam forte alta de preços das matérias-primas. **ECONOMIA / PÁGS. B1 e B4**

Bancos fecham mil agências

Com a digitalização dos serviços bancários acelerada pela pandemia do novo coronavírus, Itaú, Bradesco e Santander fecharam cerca de mil agências e demitiram 11 mil funcionários somente em 2020. **PÁG. B14**

Bolsonaro reage a fala de Pujol e lembra que foi ele quem nomeou

Jair Bolsonaro reagiu às declarações do comandante do Exército, general Edson Leal Pujol, que afirmou ter atuado contra a contaminação política dos quartéis. "Não temos partido", disse Pujol. Pelo Twitter, Bolsonaro lembrou que foi ele quem nomeou Pujol e as Forças Armadas "devem se manter apartidárias, baseadas na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do presidente da República". **POLÍTICA / PÁG. A26**

Testes positivos para covid têm alta em novembro

A Dasa, empresa com 40 redes de laboratório, notou aumento de 50% nos exames diários de RT-PCR entre o fim de outubro e esta semana. A média de testes positivos chegou a 29% no dia 12. **METRÓPOLE / PÁG. A32**

Fernando Reinach

Na suspensão dos testes da vacina da Sinovac pela Anvisa, tudo seguiu o regulamento. **METRÓPOLE / PÁG. A36**

A pandemia no Brasil (levantamento do consórcio de imprensa)

TOTAL DE MORTES	164.855
NOVOS REGISTROS DE MORTES EM 24H, ATÉ AS 20H DE ONTEM	523
MÉDIA DIÁRIA DE MORTES (7 DIAS)	403
TOTAL DE TESTES POSITIVOS	5.811.699
NOVOS CASOS DETECTADOS EM 24H, ATÉ AS 20H DE ONTEM	29.052
TOTAL DE RECUPERADOS*	5.267.567

*NÚMERO DE MORTES DEVIDO À COVID-19

O bom velhinho agora é virtual

No estúdio, Papai Noel e Mãe Noel fazem live para shopping. No Natal da pandemia, interação com as crianças será pelo celular. **NA QUARENTENA / PÁG. K1**



China felicita Biden e Brasil se isola mais

Saudação foi feita após proclamação da vitória no Arizona do democrata, que também venceu na Geórgia. Brasil mantém silêncio sobre eleições nos EUA. **INTERNACIONAL / PÁG. A29**

Consumidor pagará pelo apagão no AP

O custo para contratar emergencialmente usinas térmicas e restabelecer a energia no Amapá será embutido nas contas de luz de consumidores de todo o País. **ECONOMIA / PÁG. B9**

Marcelo Rubens Paiva

Com ferramentas de serviço de conferência remota, voyeurismo se tornou psicopatologia comum na pandemia. **NA QUARENTENA / PÁG. H6**

NOTAS & INFORMAÇÕES O papel das Forças Armadas

No Estado Democrático de Direito, ele está definindo as leis que tratam da atuação dos militares. **PÁG. A3**

Um sistema eleitoral seguro

Eleitor tem condições para votar com responsabilidade. **PÁG. A3**

Tempo em SP

18° Mín. 28° Máx.



JHSF
apresenta

UM
EMPREENHIMENTO
ÚNICO
PENSADO PARA
SUA FAMÍLIA.

FASANO
CIDADE JARDIM

VEJA NAS PÁGINAS
B10 E B11.

ESQUENTA
BLACK FRIDAY CAO A CHERY

OFERTAS IMPERDÍVEIS

VerCapas.

VEJA NESTE CADERNO

Mo tráfego, dá sentido à vida.

CADA CHERY
REALIDADE, TENDÊNCIA E SONHO

Product: O Globo PubDate: 14-11-2020 Zone: Nacional Edition: 1 Page: PAGINA_A User: Juniors Time: 11-13-2020 22:35 Color: #



Análise na palma da mão

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code e baixe o app do GLOBO. Tenha acesso a todos os columnistas, em tempo real, em um só lugar.



Freud explica: Busca por livros de psicologia e psicanálise cresce na pandemia

SEGUNDO CADERNO



O GLOBO

Irineu Marinho (1876-1925) — (1904-2003) Roberto Marinho

RIO DE JANEIRO, SÁBADO, 14 DE NOVEMBRO DE 2020 ANO XLVII - Nº 31.876 - PREÇO DESTE EXEMPLAR NO RJ - R\$ 5,00

ELEIÇÕES 2020

País tem 15 mil candidaturas contestadas na Justiça Eleitoral

Rio está entre os estados com mais pedidos de indeferimento

O pleito de amanhã terá 15.090 candidatos, em todo o país, sob risco de serem impedidos de assumir caso sejam eleitos, informa RAYANDERSON GUERRA. A Justiça Eleitoral não conseguiu julgar todas as ações sobre o registro de candidatos a vereador, pre-

feito e vice-prefeito, situação que se repete a cada eleição, mas, neste ano, com a alteração do calendário por causa da pandemia, tornou-se ainda mais aguda. Outras 9.521 candidaturas foram indeferidas, sem possibilidade de recurso. Candidatos com regis-

tro indeferido e julgamento de recurso pendente podem receber votos, que não serão contabilizados como válidos até que a Justiça decida. O Rio de Janeiro está entre os estados com maior número de candidaturas indeferidas e com recurso: 1.082. PÁGINA 8

EDITORIAL

APATIA POLÍTICA AGRAVA POBREZA E DESIGUALDADE PÁGINA 2

MERVAL PEREIRA

Mourão se sobressai com posições razoáveis mais uma vez PÁGINA 2

EURÍPEDES ALCÂNTARA

Votar é a cerimônia, e a democracia é o casamento em si PÁGINA 3

ANALÍTICO THIAGO PRADO

Voto útil na esquerda é mais fácil em São Paulo que no Rio PÁGINA 10

No Amapá, apagão também na fiscalização

A subestação atingida por incêndio que deixa o Amapá às escuras há 11 dias nunca recebeu a visita de fiscais da Aneel em seus cinco anos de operação. Documentos mostram que o Operador Nacional do Sistema (ONS) sabia que havia problemas. Energia só será restabelecida por completo no dia 26. PÁGINA 31



Pujol: militares e política não se misturam

O vice Hamilton Mourão reiterou a opinião do comandante do Exército, general Edson Pujol, segundo quem as Forças Armadas não são "instituição de governo" nem têm partido. "A política não pode entrar no quartel", disse o vice. À noite, Bolsonaro concordou. PÁGINA 14

Entrevista pré-eleitoral



Brasil está mais vulnerável para enfrentar 2ª onda

Especialistas temem que segunda onda da Covid chegue na hora em que prefeitos e candidatos relutam em tomar medidas para conter a propagação do vírus, e leitos para a doença estão sendo desativados. Consultor do Conselho Nacional de Saúde diz que ministério deixou de gastar R\$ 6,5 bilhões. PÁGINAS 15 e 16

A HORA DA CIÊNCIA/ NATÁLIA PASTERNAK
Como em março, olhamos o mundo e negamos que chegará aqui PÁGINAS 15

CAPITAL

Start-ups inovam e faturam alto na construção civil PÁGINA 36

DUELO DE NATAL

Taxa de 35% sobre brinquedo importado pode ser mantida PÁGINA 36

Biden iguala marca de Trump na eleição de 2016

Com a projeção da vitória democrata em Arizona e Geórgia, Joe Biden chegou a 306 delegados no Colégio Eleitoral, mesmo número obtido por Donald Trump em 2016. No voto popular, Biden atingiu o recorde de 77,9 milhões. Em pronunciamento, Trump rateou e quase reconheceu a derrota. PÁGINA 37

TRILHA ELEITORAL

O hit que disparou e virou fenômeno nas campanhas

Ao embalar a campanha de mais de 250 candidatos a prefeito e vereador de diversas siglas pelo país, o jingle "O homem disparou", do compositor piauiense César Araújo, tornou-se onipresente nas propagandas eleitorais. Versão chega a custar R\$ 5 mil. PÁGINA 13

ESQUENTA

BLACK FRIDAY CAO A CHERY

OFERTAS IMPERDÍVEIS

VEJA NESTE CADERNO

NO TRÂNSITO, O SENTIDO É VIDA.

CADA CHERY QUALIDADE, INTELIGÊNCIA E BEZOR

www.correiobraziliense.com.br

LONDRES, 1908, HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA, BRASILIA, 1960, ASSIS CHATEAUBRIAND

CORREIO BRAZILIENSE

BRASILIA, DISTRITO FEDERAL, SÁBADO, 14 DE NOVEMBRO DE 2020

NÚMERO 20.992 • 32 PÁGINAS • R\$ 2,50

Mandel Negro/SP



Trump mais perto de admitir a derrota

Democrata Joe Biden tem 306 delegados no Colégio Eleitoral contra 232 do presidente. Em discurso, ontem, o republicano estava abatido: previu vacina contra a covid para breve, mas não falou nas eleições.

PÁGINA 16

Brasil joga mal e Firmino resolve

Em uma noite de péssimo futebol no Morumbi, Seleção sofre para derrotar a frágil Venezuela por 1 x 0. PÁGINA 19

Brasil detém a maior biodiversidade

Pesquisadora da Embrapa, Mariane Vidal afirma ao CB Agro que país é referência em agricultura sustentável. PÁGINA 13

Marcelo Abreu/Ovalação



Saudades Antônia Leal fez história na capital

Síndica mais longeva de Brasília trabalhou até os 89 anos, 27 deles em um condomínio no Sudoeste. A paulista morreu vítima de um AVC. PÁGINA 24



Depois de uma campanha morna nas ruas, candidatos de Valparaíso (GO) intensificaram a busca por votos nos últimos dias

Os momentos finais de uma eleição diferente

Campanha para o pleito municipal de amanhã teve tempo menor e restrições da pandemia

Em um 2020 marcado pela covid-19, que ceifou a vida de quase 165 mil brasileiros, a eleição para a escolha de prefeitos e vereadores foi amplamente impactada. Alteração da data da votação, redução do período de campanha e restrições sanitárias, como a proibição de

comícios e aglomerações, levaram à mudança de estratégia dos candidatos. Protagonistas na eleição de 2016, as redes sociais ganharam ainda mais relevância. Mas, em localidades carentes, como no Entorno do DF, onde o acesso à internet é limitado, a busca pelos votos

foi dificultada. Por isso, nos últimos dias, o movimento nas ruas aumentou, com caminhadas e carreatas. Especialistas avaliam que políticos que tentam a reeleição e os mais conhecidos, levam vantagem, e a renovação será menor nas prefeituras e Casas Legislativas.

✓ **Justificativa de ausência na votação será feita só on-line, pelo e-Título**

✓ **Cresce número de negros candidatos nos municípios mais próximos a Brasília**

✓ **Votação tem horário ampliado e higiene para evitar o novo coronavírus**

PÁGINAS 9, 21 E 22, NAS ENTRELINHAS, 8, E BRASILIA-DF 10

Minervini (Gloria/CB) & Press



Natal

O Bazar do Rema mudou para o formato on-line e mantém a tradição de ajuda às ações sociais, diz Maurício Dias (foto). Conheça bazares do DF. PÁGINA 25

Quartéis mandam recado a Bolsonaro

Chefe do Exército, general Edson Pujol dá limites à relação das Forças Armadas com o Planalto e diz que instituições não têm partido nem mudam a cada quatro anos. Presidente reage e lembra que comandante foi nomeado por ele. PÁGINA 6

BRB mantém bons resultados



Presidente do banco, Paulo Henrique Costa ressalta o apoio da instituição à economia do DF. Lucro no 3º trimestre cresceu 15,3% e chegou a R\$ 113,5 milhões. PÁGINA 23

ESQUENTA

BLACK FRIDAY CAO A CHERY

OFERTAS IMPERDÍVEIS

VEJA NESTE CADERNO

No finalista, dá sentido à vida.



CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000 • assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166

VerCapas.com.br

(61) 99256.3846

DIÁRIOS ASSOCIADOS DA

MME / ASCOM .